



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

PROJETO DE LEI Nº , DE DE 2025
(Do Senhor Marcos Tavares)

Institui o Programa "Mar Inclusivo", que estabelece diretrizes para a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em praias públicas em todo o território nacional, garantindo infraestrutura adequada, equipamentos adaptados e acesso a atividades de lazer e esporte adaptado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Mar Inclusivo, com o objetivo de garantir a acessibilidade plena e a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas praias públicas do Brasil, por meio da implementação de infraestrutura acessível e atividades de esporte e lazer adaptado.

Art. 2º São princípios do Programa Mar Inclusivo:

I – A universalização do acesso às praias para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

II – A promoção da inclusão social e do direito ao lazer e ao esporte adaptado para todos;

III – A adequação da infraestrutura das praias para garantir segurança e conforto às pessoas com deficiência;

IV – A adoção de tecnologias assistivas e equipamentos que viabilizem a mobilidade e participação ativa no ambiente praiano.

Art. 3º O Programa Mar Inclusivo prevê a implementação das seguintes adaptações estruturais nas praias públicas:

I – Rampas de acesso com inclinação e material adequado para facilitar a locomoção de cadeiras de rodas e usuários com mobilidade reduzida;

II – Esteiras removíveis para facilitar a circulação na areia;

III – Pisos táteis e sinalização sonora para orientar pessoas com deficiência visual e auditiva;

IV – Vagas de estacionamento reservadas próximas às vias de acesso à





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Apresentação: 18/03/2025 22:03:28.410 - Mesa

PL n.1091/2025

praia;

V – Sanitários acessíveis equipados conforme normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);

VI – Mobiliário urbano adaptado, incluindo bancos e chuveiros acessíveis.

Art. 4º Serão disponibilizadas cadeiras anfíbias para facilitar o deslocamento na areia e o banho de mar assistido para pessoas com deficiência.

Art. 5º A instalação da infraestrutura deverá seguir as normas de acessibilidade estabelecidas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e nas diretrizes técnicas da ABNT.

Art. 6º O Programa Mar Inclusivo prevê a oferta de atividades esportivas e de lazer adaptadas, tais como:

I – Vôlei sentado;

II – Surfe adaptado;

III – Stand-up paddle adaptado;

IV – Frescobol e beach tênis adaptado;

V – Handbike (bicicleta adaptada para cadeirantes);

VI – Piscina infantil com suporte para crianças com deficiência;

VII – Banho de sol e banho de mar assistido.

Art. 7º O acesso às atividades será gratuito e coordenado por profissionais capacitados, incluindo fisioterapeutas, educadores físicos e monitores treinados para atuar com esportes adaptados.

Art. 8º O Programa Mar Inclusivo será implementado gradativamente, priorizando cidades com grande fluxo turístico e praias reconhecidas como áreas de lazer e esportes aquáticos.

Art. 9º A execução do programa será realizada em parceria com os seguintes órgãos e instituições:

I – Ministério do Turismo, para fomentar o turismo acessível e a inclusão de pessoas com deficiência nas praias;

II – Ministério do Esporte, para incentivar e apoiar práticas esportivas adaptadas em ambiente praiano;

III – Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, para garantir o cumprimento das normas de acessibilidade;

IV – Prefeituras Municipais e Governos Estaduais, responsáveis por





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Apresentação: 18/03/2025 22:03:28.410 - Mesa

PL n.1091/2025

implementar e fiscalizar as adaptações locais.

Art. 10º O financiamento do Programa Mar Inclusivo ocorrerá por meio de:

I – Dotação orçamentária federal específica, prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA);

II – Parcerias público-privadas (PPP) e convênios com instituições do setor privado interessadas na promoção da acessibilidade;

III – Fomento de fundos e programas internacionais de inclusão e acessibilidade;

IV – Incentivos fiscais para empresas que patrocinarem projetos vinculados ao Programa Mar Inclusivo.

Art. 11º O Ministério do Turismo, o Ministério do Esporte e os órgãos estaduais e municipais competentes deverão garantir a fiscalização contínua do cumprimento das normas de acessibilidade e da implementação da infraestrutura prevista nesta Lei.

Art. 12º O descumprimento desta Lei por parte de entes públicos ou privados responsáveis pela execução do programa poderá acarretar:

I – Multas administrativas para prefeituras e órgãos que não implementarem a infraestrutura acessível dentro do prazo estabelecido;

II – Revogação de incentivos fiscais para empresas que não cumprirem compromissos firmados em parceria com o programa;

III – Responsabilização civil e administrativa de gestores públicos que negligenciarem a implementação do programa.

Art. 13º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 dias a partir de sua publicação, estabelecendo diretrizes complementares para sua implementação.

Art. 14º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2025.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ

* C D 2 5 3 3 9 1 3 4 3 0 *





JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei busca garantir acessibilidade plena e inclusão social para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nas praias públicas do Brasil, assegurando infraestrutura adequada, equipamentos adaptados e acesso a atividades esportivas e de lazer, conforme previsto na Constituição Federal (art. 6º e art. 23, inciso II) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

O Brasil possui uma das maiores faixas litorâneas do mundo, com mais de 7.000 km de extensão, distribuídos por 17 estados e mais de 2.000 praias catalogadas. No entanto, menos de 5% dessas praias oferecem infraestrutura adequada para garantir a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) e mobilidade reduzida, segundo levantamento da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2023).

De acordo com o IBGE (Censo 2022), o Brasil possui mais de 18,6 milhões de pessoas com deficiência (cerca de 8,9% da população). Esse número inclui cadeirantes, pessoas com deficiência visual, auditiva e intelectual, além de idosos e pessoas com dificuldades motoras temporárias. Apesar desse contingente significativo, a maioria das praias brasileiras não está adaptada para garantir acesso e mobilidade segura para esses cidadãos.

Segundo relatório do Fórum Nacional de Turismo Acessível (2022), apenas 3 das 10 principais capitais litorâneas brasileiras possuem programas locais de acessibilidade nas praias. Esse número é alarmante, considerando que a praia é um dos principais espaços de lazer e socialização no Brasil.

A falta de acessibilidade nas praias acarreta impactos sociais, econômicos e psicológicos significativos:

- ☐ Exclusão Social: Milhões de pessoas são privadas do direito ao lazer e ao turismo por barreiras físicas e ausência de equipamentos adaptados;
- ☐ Déficit no Turismo Acessível: O turismo acessível movimenta cerca de US\$ 200 bilhões ao ano globalmente (UNWTO, 2023), mas no Brasil ainda não há investimentos estruturais suficientes para atrair esse público;
- ☐ Impactos Psicológicos e na Saúde: O contato com a natureza e o mar melhora a saúde mental, reduzindo estresse, depressão e ansiedade,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Apresentação: 18/03/2025 22:03:28.410 - Mesa

PL n.1091/2025

especialmente para PCDs e idosos (OMS, 2021);

□ Desvalorização Econômica: A ausência de acessibilidade reduz o potencial econômico de cidades turísticas litorâneas, que deixam de atrair visitantes que necessitam de infraestrutura adaptada.

A implementação do Programa Mar Inclusivo trará benefícios diretos e mensuráveis para a sociedade brasileira:

- Garante acesso universal às praias, conforme diretrizes da ONU – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- Estimula a prática esportiva adaptada, promovendo saúde física e mental.
- Aumenta o turismo acessível, podendo injetar bilhões de reais na economia local ao facilitar a visita de turistas com deficiência e seus acompanhantes.
- Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2023), turistas com deficiência gastam, em média, 30% a mais em viagens quando encontram locais adaptados.
- O lazer e a prática esportiva auxiliam na reabilitação física de pessoas com deficiência, conforme estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS).
- A inclusão no ambiente praiano reduz transtornos psicológicos e melhora a autoestima.
- Infraestrutura acessível eleva a qualidade dos espaços públicos e fortalece o turismo local.
- Estudos da Universidade de São Paulo (USP) indicam que praias acessíveis aumentam em até 40% o fluxo turístico na alta temporada.

Diversos países já implementaram programas semelhantes e tiveram sucesso comprovado:

- Estados Unidos (Califórnia, Flórida e Havaí): Legislação federal exige infraestrutura acessível em todas as praias públicas. Resultado: Aumento de 30% no fluxo turístico acessível e desenvolvimento de novos esportes adaptados.
- Espanha (Ilhas Canárias e Barcelona): Criou zonas de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

acessibilidade plena, incluindo cadeiras anfíbias, rampas e pisos táteis. Resultado: 75% das praias acessíveis receberam certificações internacionais de turismo inclusivo.

- Portugal (Praia Acessível - Praia para Todos): Implementou um selo de acessibilidade para praias adaptadas. Resultado: 90% de adesão dos municípios costeiros.

No Brasil, algumas iniciativas regionais demonstram viabilidade e impacto positivo:

- Praia Para Todos (RJ): Criado em 2008, já atendeu mais de 50 mil pessoas e se tornou referência nacional.
- Projeto Acessibilidade Praia Grande (SP): Implementado em 2015, atraiu 30% mais turistas com deficiência para o litoral paulista.

Diante dessas evidências, torna-se fundamental a implementação de uma política nacional estruturada, garantindo que todas as praias do Brasil ofereçam acessibilidade universal e inclusão plena.

A regulamentação proposta pelo Programa Mar Inclusivo estabelece critérios técnicos claros, infraestrutura obrigatória e mecanismos de fiscalização, garantindo que nenhuma pessoa seja excluída do direito de desfrutar das praias brasileiras. Além disso, o projeto estimula o turismo acessível, fortalece a economia local e promove impactos positivos na saúde e no bem-estar da população.

Diante do exposto, solicita-se o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei, assegurando um Brasil mais acessível, inclusivo e alinhado às melhores práticas internacionais de acessibilidade e turismo sustentável.

Sala das Sessões, em de de 2025.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ

